

EIXO TEMÁTICO 10 | QUESTÕES SOBRE ENVELHECIMENTO, INFÂNCIA E JUVENTUDE

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE E AS POLÍTICAS DO CORPO

PUBLIC POLICIES FOR YOUTH AND BODY POLICIES

Michele Karina Franco¹

RESUMO

Esse trabalho apresenta reflexões sobre juventudes e políticas públicas juvenis por meio de um estudo bibliográfico e documental preliminar sobre o assunto, elaborado a partir de uma pesquisa acadêmica em construção, sob orientação teórica do método materialista histórico-dialético como escolha ético-política de seu percurso, tendo como objetivo o aprofundamento dos estudos na área. Interessa-nos pesquisar o jovem a partir da ideia filosófica do corpo como lugar sensorial concreto no mundo e seus constructos sociais do corpo-jovem na contemporaneidade enquanto sujeito de direitos das políticas sociais.

Palavras-chave: juventude, corpo, políticas públicas

ABSTRACT

This work presents reflections on youth and youth public policies through a bibliographic and preliminary documentary study on the subject, drawn from academic research under construction, under the theoretical guidance of the historical-dialectic materialist method as an ethical-political choice for its trajectory, aiming to deepen studies in the area. We are interested in researching young people based on the philosophical idea of the body as a concrete sensorial place in the world and its social constructs of the young body in contemporary times as a subject of rights in social policies.

Keywords: youth, body, public policies

¹ Doutoranda em Serviço Social pelo programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Email: millakf.franco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

“Quem é esse corpo, né. De pensar o feminino e o masculino nesse corpo [...] Eu sou a falha, eu sou a falha desse sistema, é quase como se eu fosse, realmente, o que não deu certo. E me apropriar dessa falha, me assumir essa falha, para então, dar um nome a esse processo”

Linn da Quebrada

Esse trabalho foi desenvolvido a partir de um estudo preliminar sobre juventudes e o campo das políticas públicas, tendo como base a sociologia das juventudes. Trata-se de uma pesquisa inicial, bibliográfica e documental sobre a literatura especializada e normativas jurídicas voltadas para os jovens brasileiros.

Entendemos que a pesquisa bibliográfica é metodologia precedente e de suma importância para compreensão do estudo e objeto (no caso aqui sujeito) a ser pesquisado, assim como produções já existentes sobre o assunto na academia científica. O método bibliográfico acompanhará o processo de construção dessa pesquisa de doutorado em fase inicial até sua etapa final.

A pesquisa se propõe orientada pelo método materialista-histórico-dialético, como base teórica principal para o desenvolvimento reflexivo-crítico desse trabalho que tem o Serviço Social como área de estudo e intervenção da pesquisadora. O método escolhido não se trata de mais um “ismo” ou opção ideológica para consumo intelectual individual, mas “sim uma conquista de subjetividades coletivas, uma parte essencial de nossa inteligência partilhada” (FEDERICI, 2022 p. 16)

Toda pesquisa parte de uma pergunta, uma inquietação, uma dor que afeta o/a pesquisa-dor/a. Um projeto de pesquisa é um “artefato” (Deslandes, 2011), um trabalho artesanal, uma artesanaria intelectual no qual entregamos nosso corpo, imaginação e dedicação para construção e amadurecimento de saberes na arte-pesquisa.

Esse breve estudo é parte da pesquisa, tendo como sujeito de interesse a juventude, assumindo o conceito plural de juventudes no seu desenvolvimento. O trabalho está dividido em duas partes, na primeira propomos pensar o jovem a partir da ideia de corpo, em análises extraídas do campo da filosofia e sociologia, na segunda parte apresentamos um panorama sobre as políticas públicas para juventudes no Brasil, concluindo com elementos reflexivos desse estudo que nos servirão de inspiração para o desenvolvimento dessa pesquisa em corpo-construção.

2 O CORPO-JUVENTUDE

O que pode um corpo? Muita coisa se pensarmos num corpo-coisa ou um objeto inanimado. O que pode então um corpo humano? Um corpo-gente? Um corpo-alma?

Na produção cinematográfica um corpo pode muita coisa, cair por exemplo, como no filme “Anatomia de uma queda” - da diretora Justine Triet - vencedor do Palma de Ouro 2023, onde nós corpos-expectadores vamos acompanhando todo dissecar do acontecimento de um corpo que cai e perde a vida, o como e os porquês possíveis e muitas vezes sem resposta.

Nas artes tudo é possível ao corpo como mudar e transmutar em experimentações diversas, a exemplo de outro filme do ano, “Pobres Criaturas” do diretor grego Yorgos Lanthimos que, na sua liberdade criativa transforma e reaviva corpos para a experiência viva do ser e estar no mundo, o corpo-mulher, de uma vida gerada que volta para seu próprio corpo em renascimento e (re)descoberta do corpo-mundo. Para Carlos Drummond de Andrade o que pode uma criatura entre criaturas? Amar, “amar e esquecer, amar e malamar, amar, desamar, amar? sempre, e até de olhos vidrados, amar?” (ANDRADE, 2012 p. 43).

A partir dessas provocações reflexivas no campo da arte enquanto dimensão humana, vamos delineando essa pesquisa sobre a juventude, a partir da ideia do corpo, um corpo humano jovem, um corpo em desenvolvimento, dotado de habilidades físicas e cognitivas, de capacidades em amadurecimento, um corpo diverso em tamanho, aparência, jeitos e modos de ser e estar no mundo. O corpo dessa pesquisa em construção é um corpo juvenil, que vive no chão político contemporâneo, moderno, tecnológico, biologizado, nacionalizado, classificado em idade, gênero, raça e etnia, um sujeito, de direitos civis, políticos e sociais.

Um corpo-juventude plural e diverso, em identidades, capacidades e modos de ser jovem nessa sociedade atual, forjada em pilares estruturantes do campo econômico, político e social que marcam todos os corpos. “E o corpo? Não desempenha ele nenhuma função? O ser humano deve ser visto como uma totalidade, na medida em que é uno e indivisível” (Saffioti, 2015 p. 118).

Para pesquisar o corpo-jovem em totalidade, nos inspiramos na teoria social crítica feminista para pensar o corpo nessa pesquisa, contribuições deveras importantes para leitura do mundo e dos corpos, sujeitados por relações de poder (exploração/opressão), em uma conjuntura formada por três subestruturas: *gênero, classe social e raça/etnia* que, de acordo com Heleieth Saffioti (2015 p. 133), é importante analisa-las em sua contradição e condição de

fundidas, enoveladas ou enlaçadas como um nó, mas um nó afrouxado, capaz de mobilidade e novas construções na dinâmica social globalizada sob seguintes pilares históricos:

De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta mobilidade é importante reter, a fim de não se tornar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – **novelo patriarcado, racismo, capitalismo** (Saffioti, 1987) – historicamente constituída (Saffioti, 2015 p. 134) (grifos nossos).

O corpo jovem então, enovelado pelos constructos sociais de gênero, classe social e raça/etnia em uma sociedade construída sob os pilares do patriarcado-racismo-capitalismo é um corpo que constrói seus desejos, pensamento, mediações e identidades dentro desse campo histórico de contradição para produção simbólica, escolhas e tomada de decisão.

O corpo humano é corpo com força de interação e transformação do mundo que o cerca. Na teoria social crítica marxista, aprendemos que o indivíduo é ser socialmente determinado, forma sua essência na interação com a natureza e sociedade na qual vive e interage, sendo o trabalho, categoria fundante da centralidade ontológica do ser humano, “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, manter a vida humana” (Marx apud Barroco, 2009 p. 21).

Importante compreendermos que a categoria trabalho aqui ocupa um lugar antropológico, de pensarmos o ser humano na sua interação com a natureza, do trabalho enquanto ação-transformação para atender as necessidades do corpo humano de sobrevivência em determinado tempo histórico. O trabalho enquanto atividade humana é ponto de partida para o processo de humanização do homem, segundo filósofo marxista Georg Lukács, pois, elabora pensamento, ação prática, cria alternativas, respostas, produz linguagem e consciência na interação com o outro, gera reciprocidade social, “reconhecimento mútuo de seres de uma mesma espécie que partilham uma mesma atividade e dependem uns dos outros para viver” (Barroso, 2009 p. 22).

Se podemos hoje, nomear e categorizar o corpo-jovem na sociabilidade moderna desenvolvida, é devido ao que Lukács chamou de “salto ontológico, no qual o ser social passou a operar a partir de leis qualitativamente diferentes daquelas leis operantes na natureza” (Costa, 2012 p. 46), impulsionando o indivíduo em sociedade a outros patamares de vida. É processo histórico e complexo de amadurecimento da racionalidade humana.

Em um salto histórico, no avançar da ciência e campo das ciências biológicas, humanas e sociais, o racionalismo aristotélico ocidental tornou-se base da nossa sociedade, no desenvolvimento de cálculos e métodos explicativos para os fenômenos do mundo, em detrimento da explicação por meio dos mitos, superstições, obscurantismos e das religiões, assim, “a razão passa a ser a orientação da vida, onde quer que ela ocorra: no trabalho, na escola, na família, no lazer” (Peixoto, 2014 p. p. 313).

Os corpos vivem hoje sob sistemas complexos e estruturantes da vida em sociedade, regidas por normas morais, leis e regramentos éticos, estéticos, políticos e econômicos que guiam, condicionam e autorizam os corpos dentro do convívio social.

De acordo com a pensadora Silvia Federici (2023 p. 19), “o corpo se encontra hoje no centro do discurso político, disciplinar e científico”, o capitalismo, enquanto sistema baseado na exploração do ser humano, se apropriou das nossas capacidades para o mercado de trabalho.

Nesse sentido - sob inspiração da autora feminista - o desafio colocado hoje a nossos corpos, sobretudo os juvenis que experienciam e reproduzem costumes e comportamentos por longo período na esfera da vida em sociedade, é a luta por rejeitar identidades sociais definidas pelo capitalismo reivindicando o direito ao próprio corpo.

É a partir desse constructo que essa pesquisa se propõe a pensar o corpo-jovem e a construção social das juventudes no espaço-tempo das políticas públicas do século XX, entre o corpo-real e idealizações do corpo-social.

2 JUVENTUDE E AS POLÍTICAS SOCIAIS DO CORPO

O corpo jovem para a ciência moderna é dividido em partes, seja no campo da biologia, sociologia ou psicologia. Existem diversas explicações sobre o período de vida juvenil, como por meio da puberdade, das mudanças fisiológicas do corpo, início da sexualidade, o comportamental e significantes culturais extraídos das relações sociológicas em determinado tempo histórico.

Como dissemos, essa pesquisa vem sendo construída e costurada a partir da ideia do corpo para então pensarmos os jovens na contemporaneidade, sob orientação do método materialista histórico-dialético em compromisso e exercício de se analisar a categoria juventudes em totalidade e não em partes, acolhendo contradições e as forças sociais que

afetam esses corpos na sociabilidade atual.

Marx estudou o corpo sob outra perspectiva de interesse, da habilidade e capacidade do homem se desenvolver e humanizar a partir da dimensão do trabalho, e do contraste, por meio do desgaste e desumanização desse corpo na relação de exploração e opressão dos homens pelo circuito do trabalho.

Em outros estudos do campo da filosofia da história, encontramos em trabalhos do pensador francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) que o “o corpo não é uma coisa e nem obstáculo, mas dimensão da totalidade do ser humano. O meu corpo não é uma coisa que eu possuo. Eu sou o meu corpo [...] o homem está no mundo, e é no mundo que ele se reconhece” (Peixoto, 2014 p.317).

De acordo com a sociologia das juventudes, o ser jovem hoje é uma construção social (Peralva, 1997; Dayrell, 2007; Diogo, 2014), é uma construção que passa por mutações profundas nos processos de socialização.

Nesse sentido, a juventude pode ser vista como uma ponta de *iceberg*, no qual os diferentes modos de ser jovem expressam mutações significativas nas formas como a sociedade “produz” os indivíduos. Tais mutações interferem diretamente nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização das novas gerações, como a família ou a escola, apontando para a existência de novos processos (Dayrell, 2007 p. 1114).

No Brasil, a partir da segunda república brasileira (1930 a 1945), é possível encontrar as categorias adolescente e jovem nos ordenamentos jurídicos em momentos históricos diferentes. Nas constituições de 1934 e 1937 nota-se que aparece o termo “juventude”, deixando de ser usada nas constituições seguintes de 1946, 1967 e 1969 substituído pelo termo “adolescente”, em vigor até hoje, em nossa última Constituição Federal de 1988. Em 2010 a constituição sofreu nova alteração incorporando novamente o conceito de “jovem” e “juventude” no texto jurídico.

Estamos falando de categorias em disputa dentro do campo ideológico dominante e das políticas públicas. É de se notar na literatura que a ideia de “adolescência” é carregada de estigmas de natureza psicológica e patológica, ocupando diversos estudos nas áreas da biomedicina e segurança pública, “tratado como vulnerável ou produtor de risco, são reservadas as ações de inserção social, compensatórias e de forte teor socioeducativo. Aos outros, aqueles que podem minimamente usufruir alguns direitos, o termo jovem passa a ser fortemente aplicado” (Sposito, Silva e Souza, 2006).

Quanto aos estudos sobre juventude, encontramos uma vasta literatura no campo das ciências sociais, a partir da sociologia funcionalista, com explicações mais genéricas desse momento da vida como transição da infância para a maturidade, um momento específico dramático da socialização dos jovens na integração com a sociedade (Abramo, 1997).

Sendo assim, podemos dizer que os estudos sobre a juventude (incluindo o período demarcado pela adolescência) apresentam enfoque em dois campos principais de interesses: o dos “problemas” de comportamento, violência, delinquência e de risco e outros sobre a fase de transição da vida, a passagem da infância, moratória social para vida adulta (Sposito, 2006; Andrade e Aquino, 2011).

Ao concordamos com a ideia de que a juventude é uma construção e categoria social (Diogo, 2014; Dayrell, 2007), pesquisar políticas públicas e sociais da juventude brasileira é não tirar os olhos do retrovisor da história, nosso chão político é marcado por expressões e tratamento opressivos contra esses corpos.

Lembramos que vigorou no Brasil entre 1927 a 1979, o Antigo Código de Menores (Decreto nº 17943-A/1927) que imputou nas estruturas jurídicas de poder e controle uma visão “minorista” sobre a infância e juventude brasileira.

A imagem o *menor* começa a ser constituída no final do século XIX, no contexto da construção republicana no Brasil e da necessidade de formal uma classe trabalhadora nacional. Nos jornais, nas revistas jurídicas e nas conferências acadêmicas, o *menor* vai aparecendo e se constituindo como categoria que define crianças e adolescentes pobres das cidades, por não es encontrarem sob a autoridade dos pais, são consideradas *abandonadas* (Torres; Souza Filho e Morgado, 2013 p. 101) (grifos dos autores).

Esse modelo de tratamento fez parte da mentalidade jurídica do país e primeiras políticas sociais de (des)proteção da infância e juventude, com foco em políticas “assistencialista-paternalista” e “correcional-repressivo” instituindo-se a chamada doutrina da *situação irregular*, de acordo com a literatura. Tal paradigma foi colocado em questão e mudança a partir da elaboração da CF/1988, alterando a doutrina da situação irregular para o reconhecimento da condição de sujeitos de direitos, por meio do marco legal aprovado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Esse novo paradigma qualificou debates e amadureceu o campo de pesquisas no país, contribuindo sobremaneira para criação de uma agenda pública, elaboração e construção de políticas para crianças, adolescentes e jovens, com destaque para a política de educação, em

expansão no país desde a redemocratização, descentralizando poder para esferas estaduais e municipais, em acordos e compromissos republicanos do Estado brasileiro de se garantir escolarização para toda população desde a primeira infância como direito e proteção social.

A juventude se insere nesse caldeirão político-social com atrasos, apenas a partir dos anos 2000 a juventude, ou juventudes, entra na pauta política do Estado brasileiro, incluindo a participação dos próprios jovens nesse processo, ganhando reconhecimento por meio da criação de instrumentos jurídicos importantes como o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) em 2005 e construção do Plano Nacional da Juventude em 2006 que culminou posteriormente na criação do Estatuto da Juventude aprovado em 2013, por meio da Lei nº 12.852/2013 que reconhece jovens todo aquele/a pessoa de 15 a 29 anos de idade.

Diversas pesquisas sobre juventude foram ganhando corpo desde então, contribuindo com a produção de uma literatura especializada no campo da sociologia das juventudes, inicialmente com estudos a partir da realidade escolar e na órbita do fenômeno da violência.

Destacamos alguns estudos referência como da pesquisadora Marília Pontes Sposito – “Juventude e Escolarização” a partir do mapeamento de pesquisas e publicações sobre o assunto entre 1980 a 1998. Posteriormente, foi realizado um amplo Estudo da Arte sobre juventudes, numa pesquisa que envolveu outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, abrangendo o período de 1999 a 2006 – “Estudo sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais” (Sposito, 2009).

Em 2020, um grupo de pesquisadoras da UFRJ realizam um levantamento bibliográfico de artigos indexados de 2006 a 2018, buscando estudos temáticos sobre jovens e juventudes – “O Estado da arte sobre as juventudes, as vulnerabilidades e as violências: o que as pesquisas informam?” (Takeiti; Gonçalves; Santos de Oliveira e Elisiario, 2020).

Essa amplitude e aprimoramento do debate, com foco nas questões e problemática da juventude, contribuiu para o surgimento de ações públicas, serviços, projetos e programas de atenção as juventudes no país, ofertada por diversas agências e instituições pública e privada.

Num primeiro momento, muitos desses projetos eram voltados ao atendimento do/a adolescente baixa renda ou de comunidades pobres, aqueles/as em comportamento de “risco”, submetidos a diversas expressões da questão social como falta de moradia, afastamento do convívio familiar, exploração sexual, consumo e tráfico de drogas, “todos eles visando dirimir ou pelo menos diminuir as dificuldades de integração social”, por meio de programas de **ressocialização** (educação não formal, oficinas, atividades esportivas e artísticas) e ou programas de **capacitação profissional** para o mercado de trabalho (Abramo, 1997).

Temos um histórico de políticas sociais salvacionistas e de controle desses sujeitos, com

pouca produção de material de apoio profissional mais aprofundado sobre o assunto, que proponha metodologias e pedagogias distanciadas do velho paradigma da “situação irregular” do adolescente-jovem.

A grosso modo, no entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação”, mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problema sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social (Abramo, 1997 p. 26).

Políticas públicas são respostas do Estado frente a problemas sociais em um determinado tempo histórico, articula processos políticos e econômicos, imbricados numa correlação de forças e disputas de interesses contraditórios entre Estado e sociedade civil para regulação e reprodução da vida social. (ALMEIDA e ALENCAR, 2011).

De acordo com estudos de Helena Wendel Abramo, nos anos 50 o problema voltava-se para a questão da delinquência e rebeldia juvenil na sociedade, a partir de um discurso moral patologizante sobre o desenvolvimento da cultura juvenil do século XX. Os anos 60 e 70 foram marcados pela ideia de uma juventude transformadora, uma geração inserida em movimentos sociais de resistência e de contracultura. Os anos 80 apresentaria uma juventude oposta ao perfil juvenil dos anos anteriores, mais individualista, consumista, conservadora e apática as mudanças. Os anos 90 trouxe novas mudanças, em um país redemocratizado e abertamente adepto as ideias neoliberalizantes do capitalismo, com crises na economia, instituições e relações sociais. “De certa forma há uma retomada de elementos característicos dos anos 50, na concentração da atenção nos problemas de comportamento e situações de desvio” (Abramo, 1997). Sobre essa ideia Peralva (1997 p. 19) contribui dizendo que: “A ordem social é, simultaneamente, uma ordem moral e normativa e o desvio, fato excepcional e objeto a ser explicado – mas também fato inscrito no interior de uma relação intergeracional”.

No Brasil, a partir dos anos 90, diversas ações e programas governamentais foram criados para os jovens entre 15 a 25 anos, de acordo com a pesquisa da autora. Programas que envolviam ações e orçamento de vários ministérios na época como Educação, Esporte e Turismo, Justiça, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Previdência e Assistência Social, Ciência e Tecnologia, além do envolvimento direto do Gabinete Presidencial.

Após os anos 2000 e com surgimento de órgãos e secretarias governamentais

específicas para o fomento, elaboração e implementação de políticas públicas para juventudes (PPJ) temos acompanhado o amadurecimento de ações e programas juvenis que, de acordo com Novaes (2009) podemos classificá-las em políticas **universais** (as macro políticas públicas existentes, dirigidas a toda população as quais os jovens fruem de forma transversal); **atrativas** (políticas direcionadas aos jovens por meio de ações territoriais, culturais, socioeducativas, experimentações diversas e de combate a violências) e **exclusivas** (políticas desenvolvidas para faixa etária dos 15 a 29 anos com ações nas diversas áreas da educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, migração, trabalho e renda, etc).

Pensar as juventudes e a problemática que atravessa esses corpos e suas necessidades é trabalho complexo e desafiador para toda sociedade, as PPJ são transversais e exigem o esforço cooperativo da intersectorialidade e comunicação constante entre as políticas públicas.

Temos uma sociedade avançada no campo do conhecimento e tecnologia, mas descompassada e atrapalhada diante da necessidade dos jovens desse século, falta e falha na comunicação, sobretudo com o jovem baixa renda de municípios pequenos e os da zona rural. Temos uma juventude diversa e plural na sociedade contemporânea, uma geração que nasce sob a égide de um Estado democrático, nasce e cresce na condição de sujeito de direitos civis, sociais e políticos, compreender esse grupo etário a partir da percepção dos próprios jovens é importante para o desenvolvimento de políticas públicas que lhes garantam de fato a sensação representatividade, reconhecido e proteção.

2 CONCLUSÃO

Podemos dizer então, que as políticas sociais para juventudes surgem no século XX a partir de estudos sociológicos de base funcionalista norte americano, com objetivo de contenção das “falhas” no desenvolvimento social dos jovens para garantia do progresso positivista da sociedade capitalista moderna.

Como vimos, a literatura sobre políticas para juventude na América Latina nos apresenta alguns modelos de políticas sociais que foram criadas nas últimas décadas como: a expansão da política educacional e uso do tempo livre dos jovens; políticas de controle sobre a juventude mobilizada; políticas para redução da pobreza e delinquência juvenil e políticas de inclusão do jovem no mercado de trabalho, entre os anos de 1950 a 2000 (Sposito e Carrano, 2003).

Concluimos assim, que o campo da pesquisa de juventudes mostra-nos um mosaico de possibilidades afetivas para descoberta e aprendizagem, sobretudo para desconstrução de velhos paradigmas amalgamados na trama relacional desses sujeitos e no chão cotidiano das instituições sociais.

Parar o campo da pesquisa, são caminhos inspiradores para trilharmos juntos desses sujeitos e estudiosos do tema, inspirados na árdua tarefa de reivindicar o corpo e encarná-lo no mundo sensível da vida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago nº 5. Set/Out/Nov/Dez nº 6, 1997. Disponível: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781997000200004&script=sci_abstract
- ALMEIDA, N. L. T. ALENCAR, M. M. T. **Serviço Social, trabalho e políticas sociais**. São Paulo: Saraiva, 2011
- ANDRADE, C. C. AQUINO, L. **Juventude como questão social e o jovem como sujeito de políticas públicas no Brasil**. In: Geraldo Biasoto Junior e Luiz Antonio Palma e Silva (orgs) Políticas públicas em questão. São Paulo: FUNDAP, 2011
- BARROCO, M. L. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009
- COSTA, G. M. **Indivíduo e sociedade: sobe a teoria de personalidade em Georg Lukács**. 2. Ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Rev. Educação e Sociedade. Vol 28, n.100 – Especial p.1105-1128, out 2007. DOI 10.1590/S0101-73302007000300022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/abstract/?lang=pt>
- DESLANDES, S. F. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual** in Maria Cecília de Souza Minayo (Org) Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011
- DIOGO, Fernando. Algumas notas sobre juventude e emprego em Portugal. Observatório da Juventude dos Açores, 7 p., publicado em 24 de Fevereiro de 2014. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/2850?mode=full>
- FEDERICI, S. **Reencantando o mundo. Feminismos e a política dos comuns**. Trad. Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2022

NOVAES, R. **Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...)** In: FREITAS, M.V; PAPA, F. de C. (Org.) Juventude em pauta. Políticas públicas no Brasil. São Paulo: Cortez, Ação Educativa Assessoria-Pesquisa e Informação, Fundação Friedrich Ebert, 2011

PEIXOTO, A. **Razão, corpo, existência e formação em Merlau-Ponty: contribuições para a descolonialidade do fazer pedagógico.** v. 23, n. 53/1, p. 311–324, 2014. DOI: 10.29286/rep.v23i53/1.1619. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1619>

PERALVA, Angelina. **O jovem como modelo cultural.** Revista Brasileira de Educação Ma/Jun/Jul/Ago n.5, Set/Out/Nov/Dez n.6, 1997. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24781997000200003&lng=pt&nrm=iso

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado violência.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SPOSITO, Marília Pontes. **Estado da Arte sobre juventudes na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006).** Belo Horizonte, MG: Argmentvm, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes e. **A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos.** Educação e Pesquisa [online], São Paulo, v. 44, e170308, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-97022018000100430&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação (online). 2003, n.24, PP. 16-39. ISSN 1413-2478. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300003&script=sci_abstract&tlng=pt

TAKEITI, Beatriz Akemi [at. al] **O estado da arte sobre juventudes, as vulnerabilidades e as violências: o que as pesquisas informal?.** Saúde Soc. São Paulo, v .29, n.3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Zcthz7c6WVgp4gRJRvP5Kj/>

TORRES, C. SOUZA FILHO, R. MORGADO, R. **Política da infância e juventude: Estatuto da Criança e do Adolescente e serviço social** in Ilma Rezende e Ludmila Fontenele Cavalcanti. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013